
EDITORIAL

O modelo de desenvolvimento brasileiro foi baseado quase que exclusivamente na importação de tecnologia. Esta foi, por exemplo, a estratégia que os governos militares adotaram, com sucesso, para a implantação da indústria petroquímica. Hoje todos tem consciência de que este modelo se esgotou, e que a prosperidade no futuro depende de economias centradas fortemente na Ciência e na Tecnologia (C&T).

O Plano Plurianual de Atividades (PPA), com vigência de 1996 a 1999, aprovado pelo Congresso Nacional em 1995, prevê recursos da ordem de R\$ 14,4 bilhões para C&T, com uma participação de cerca de 40% do setor privado. Se isto se materializar, os investimentos em C&T passarão dos atuais 0,7% para 1,5% do PIB, longe, no entanto, dos cerca de 2,6% que os países mais avançados aplicam no setor. Não há dúvidas que o governo tem entre suas prioridades a quitação de uma imensa dívida social, mas isto não pode se dar as custas de cortes em C&T, que afetam os orçamentos do CNPq e da CAPES para 1998, e que acabarão agravando, no futuro, os problemas sociais pela falta de investimentos em tecnologias competitivas. Não será sacrificando algumas bolsas de pós-graduação e verbas para bibliotecas que o déficit público diminuirá. O governo deve promover o desenvolvimento e o bem estar da sociedade investindo mais em C&T, tendo os empresários como parceiros, como reza o parágrafo 4 do artigo 218 da Constituição de 1988. “A lei apoiará e estimulará as empresas que invistam em pesquisas, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho”.

Quais são as empresas que estão cumprindo a Constituição de 1988, investindo em C&T? Quantos Mestres e Doutores têm em seus quadros? São parceiras do CNPq e da CAPES no pagamento das bolsas de PG? Há bolsistas de PG realizando suas teses nos seus laboratórios de P&D?

Enquanto estas perguntas não tiverem respostas positivas, os investimentos em C&T permanecerão em 0,7% do PIB. O que mudou nas agências de fomento depois da aprovação da Lei de Propriedade Industrial? Continuarão os mesmos mecanismos de avaliação dos pesquisadores que eram aplicados antes da aprovação da Lei de patentes? A permanecer esta situação, o País adentrará o século XXI como um grande importador de novas tecnologias, e a saúde da economia brasileira continuará a depender da temperatura das bolsas de valores de que não sabemos qual novo “tigre”.